

ÓRGÃOS

Tribunais Regionais Federais (TRFs)

Segundo grau

Juízes Federais

Primeiro grau

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

- Podem funcionar **descentralizadamente** (câmaras regionais)
 - Facilitar o acesso ao judiciário
 - Instalação **justiça itinerante**
 - Servindo-se de equipamentos { Públicos Comunitários
 - Garantir o acesso a pessoas que moram afastadas dos grandes centros
 - Composição:
 - No mínimo **7 juízes** Nomeados pelo Presidente da República (brasileiros de 30 a 65 anos)
- 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)
Membros do MP (≥ 10 anos de carreira)
- 4/5 : Promoção { Por antiguidade ou merecimento (alternadamente) de juízes federais (≥ 5 anos de exercício)

TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

COMPETÊNCIAS MAIS RELEVANTES

- Competência **originária**:
- Processar e julgar:
 - Juízes federais e membros do MPU nos crimes { comuns e de responsabilidade
 - Ressalvada competência da justiça eleitoral
 - Revisões criminais e ações rescisórias** { De seus julgados ou dos juízes federais da região
 - Mandados de segurança e habeas data** contra ato { do próprio tribunal de juiz federal
 - Habeas corpus** → Autoridade coatora = Juiz federal
 - Conflitos de competência** entre juízes federais vinculados ao tribunal
- Competência **recursal**: causas decididas pelos:
 - Juízes federais
 - Juízes estaduais no exercício da competência federal

justiça
federal

JUSTIÇA federal

= JUÍZES FEDERAIS =

JUÍZES FEDERAIS

- Cada estado/DF = seção judiciária
 - Sede = capital
 - Varas conforme a lei
- Territórios federais = suas atribuições cabem aos juízes locais
(na forma da lei)

COMPETÊNCIAS MAIS RELEVANTES (Taxativamente definidas na CF/88)

- Processar e julgar:
 1. Causas em que a { União
Entidade autárquica ou
Empresa pública federal
for interessada
↳ Autora, ré, assistente ou oponente
 2. Causas entre:

Estado estrangeiro ou organismo internacional → Município ou pessoa domiciliada/residente no país
 3. Crimes políticos
 4. Habeas corpus { Matéria criminal de sua competência
Constrangimento por autoridade não sujeita a outra jurisdição
 5. Mandado de segurança/habeas data contra ato de autoridade federal (salvo competências dos tribunais)

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Causas em que a união for autora:
= aforadas na seção de domicílio da outra parte
- Causas intentadas contra a União:
 - Podem ser aforadas:
 1. Na seção em que domiciliado o autor
 2. Na seção em que houver ocorrido o ato/fato
 3. Na seção em que situada a coisa
 4. No Distrito Federal
- Serão julgados na justiça estadual, as causas entre:

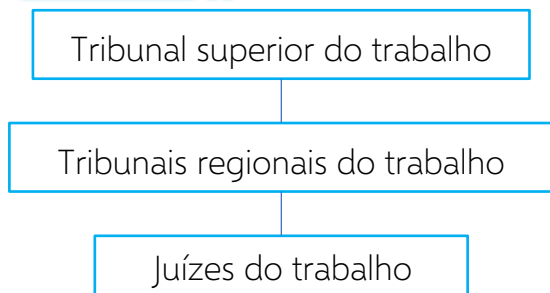
Segurados e beneficiários → Previdência social

 ↳ no domicílio destes quando a comarca não for sede de vara da Justiça Federal

Se houver grave violação dos direitos humanos, o PGR pode suscitar perante o STJ o deslocamento de competência para a Justiça Federal

↳ para assegurar o cumprimento de obrigações de tratados internacionais de direitos humanos

ÓRGÃOS



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

- Composição: 7 juizes
 - 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)
Membros do MPT (≥ 10 anos de carreira)
 - 4/5 : Promoção { Por antiguidade ou merecimento (alternadamente) de juizes do trabalho
- Podem funcionar descentralizadamente
Facilita o acesso ao judiciário
- Instalarão justiça itinerante
 - Servindo-se de equipamentos { Públicos Comunitários
 - Garantir o acesso a pessoas que moram afastadas dos grandes centros

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Composição: 27 ministros (" Trinta sem Três " = $30 - 3 = 27$)
 - 1/5 : Advogados (≥ 10 anos de atividade profissional)
Membros do MPT (≥ 10 anos de carreira)
 - 4/5 : Juizes dos TRTs indicados pelo TST
- Funcionam junto ao TST:
 - Escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados do trabalho
 - Conselho superior da justiça do trabalho

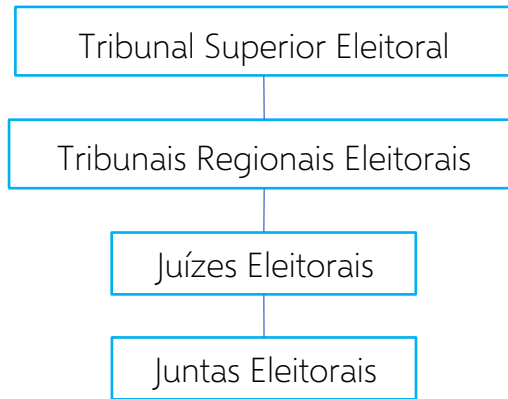
COMPETE AO TST: processar e julgar, originariamente, a reclamação para { preservar sua competência e garantir a autoridade de suas decisões

COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSAR E JULGAR

- Ações oriundas das relações de trabalho
 - Ações sobre representação sindical
 - Mandados de segurança, *habeas corpus*, *habeas data* com ato relacionado à sua jurisdição
 - Ações que envolvam o exercício de greve
 - Ações relativas a penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização
 - Controvérsias relacionadas às relações de trabalho
- 📢 IMPORTANTE!** A justiça do trabalho não alcança:
- Ações entre o poder público e servidores públicos estatutários
 - Ações fundadas em relações de consumo

ÓRGÃOS



TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

COMPOSIÇÃO:

- Mediante eleição (voto secreto)
 - 2 juízes: dentre desembargadores do TJ
 - 2 juízes: dentre juízes de direito, escolhidos pelo TJ
- Escolhido pelo TRF:
 - 1 juiz do TRF com sede na capital do estado/DF
- Nomeação do Presidente da República
 - 2 juízes: dentre 6 advogados indicados pelo TJ (notável saber jurídico + idoneidade moral)
 - Eleição de presidente + vice presidente: dentre os desembargadores



Das decisões dos TRE's só **cabe recurso** quando:

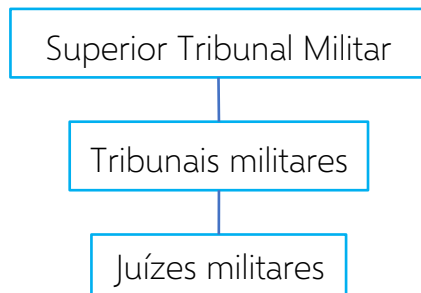
- Contrárias a disposições expressas da Constituição ou de lei
- Houver divergência entre 2 ou mais tribunais eleitorais na interpretação da lei
- Versarem sobre inelegibilidades ou expedição de diplomas de eleições federais/estaduais
- Anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais/estaduais
- Denegarem
 - Habeas corpus
 - Habeas data
 - Mandado de segurança
 - Mandado de injunção

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

- Composição:** no mínimo 7 membros (TSE: "SET" = Sete)
 - Mediante eleição (voto secreto)
 - 3 juízes: dentro ministros do STF
 - 2 juízes dentre ministros do STJ
 - Nomeação do Presidente da República
 - 2 juízes: dentre 6 advogados indicados pelo STF (notável saber jurídico + idoneidade moral)
- Eleição de:
 - Presidente + vice presidente: dentre ministros do STF
 - Corregedor eleitoral: dentre ministros do STJ

justiça
eleitoral

ÓRGÃOS



COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR

- Processar e julgar os crimes militares definidos em lei
 - No Código Penal Militar

A lei disporá sobre a justiça militar

Organização
Funcionamento
Competência

JUSTIÇA
militar

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

- Composição: 15 ministros vitalícios,
 - Nomeados pelo Presidente da República após aprovação do Senado Federal

Sendo:

- 3 dentre oficiais-generais da marinha
- 4 dentre oficiais-generais do exército
- 3 dentre oficiais-generais da aeronáutica
- 5 dentro civis
 - 3 dentre advogados
 - 2 dentre juizes auditores e membros do MP da justiça militar

ASPECTOS GERAIS

- CF/88: compete aos estados a organização de sua justiça
- **Lei de organização administrativa** é de iniciativa do TJ
- Podem funcionar **descentralizadamente** → visa facilitar o acesso ao judiciário
- Instalarão **justiça itinerante**

JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

- Pode ser criada por **lei estadual** (iniciativa do TJ)

2º grau: TJ ou TJM

Estados com efetivo militar > 20.000

1º grau:

Juizes de direito + Conselhos de justiça

COMPETÊNCIA:

Processar e julgar os militares do estado nos:

- Crimes militares definidos em lei
- Ações judiciais contra atos disciplinares militares

JUSTIÇA ESTADUAL

COMPETÊNCIAS

- Competências dos TJs são definidas na **Constituição estadual**
- Observados os princípios da CF/88
- É competência **residual** → tudo que não é de atribuição da justiça { Federal
Do trabalho
Eleitoral
- Os estados devem instituir representação de inconstitucionalidade de { Leis ou
estaduais ou municipais } Atos normativos

CONFLITOS FUNDIÁRIOS

- Para **dirimir** conflitos fundiários, o TJ proporá criação de varas especializadas com competência exclusiva para questões agrárias
- Sempre que necessário, o **juiz** irá ao **local do litígio**